

## Pluralismo econômico e politização da ciência: uma crítica em três tempos

Mayara Silva Sousa Pires♦

### Resumo

O objetivo deste artigo é oferecer elementos para enquadrar as discussões de uma visão pluralista da economia dentro de uma perspectiva mais ampla, que considere a natureza política da própria ciência. Se por um lado, existe uma ampla discussão dentro da disciplina econômica acerca dos limites e alcances de visões que englobam diferentes considerações teóricas e metodológicas, nota-se também uma marginalização da compreensão do conteúdo político da ciência e, conseqüentemente, da própria economia. Entende-se aqui que estas posições devem ser repensadas a partir de uma visão que politiza o próprio conhecimento científico, caracterizado por questões políticas e assimetrias de poder, e que, conseqüentemente, são fundamentais para a democratização da ciência. Ao final deste trabalho, três críticas são destacadas: a ciência econômica estar constituída por relações de poder e persuasão; os direitos acadêmicos não serem os mesmos para todos os pesquisadores do campo; e, por último, a ciência também não ser, necessariamente, Ciência para todos.

**Palavras-chaves:** pluralismo, politização da ciência, sociologia da economia, retórica política.

### Abstract

The goal of this paper is to provide elements to frame the discussions of a pluralistic view of economics from a broader perspective, considering the political nature of science itself. There is currently a wide discussion within economics about the limits and scope of the visions that defend the existence of different theoretical and methodological perspectives; however, on the other hand, it can be notice a marginalization of the reflection on the political content of our science and, consequently, about the economy *per se*. It is believe that these positions must be reframed, starting from a view that politicizes scientific knowledge itself, characterized by political issues and by power asymmetries, and that are fundamental for the democratization of scientific activity. At the end of this paper, three appointments are highlighted: economic science being constituted through relations of power and persuasion; the existence of limited rights that can lead to intellectual bondage; and last the economic science as not necessarily Science for everyone.

**Keywords:** pluralism, politicization of science, sociology of economics, political rhetoric.

**Área 01 – Metodologia e História do Pensamento Econômico**

---

♦ Mestrado em Economia pela Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: [mayara.pires@ufabc.edu.br](mailto:mayara.pires@ufabc.edu.br)

## 1. Introdução

Em 1988, a American Economic Association (AEA) apresentou através do Committee on Graduate Education in Economics (COGEE) – ainda sob a presidência de Anne Krueger – um importante documento que revelava tanto o excesso de formalismo, quanto a falta de diversidade presente nos programas de pós-graduação em economia. Em 1992, um influente grupo de economistas – composto por Geoffrey Hodgson, Uskali Mäki, Deirdre McCloskey, Franco Modigliani, Paul Samuelson, Herbert Simon, e Jan Tinbergen (os quatro últimos laureados do Prêmio Nobel de Economia) – publicou o primeiro pedido oficial para que o pluralismo fosse difundido no campo, o chamado “Plea for a Pluralistic and Rigorous Economics”, onde reivindicavam:

*“(...) a new spirit of pluralism in economics, involving critical conversation and tolerant communication between different approaches (...) [that] not undermine the standards of rigor; an economics that requires itself to face all the arguments will be a more, not a less, rigorous science.”* (citado por Sent, 2006, p. 80).

Em 1993 foi fundada a ICARE (International Confederation of Associations for the Reform of Economics), que pouco depois teve seu nome modificado para ICAPE (International Confederation of Associations for Pluralism in Economics), com o intuito de ser um consórcio para a promoção do pluralismo – partindo do pressuposto de que o mainstream assumia uma posição que era monolítica e excludente (Davis, 2008). Em 2000, um novo grupo de economistas, desta vez franceses, publicou uma petição que reivindicava um pluralismo de abordagens na ciência econômica, sob o lema “autisme – économie”. Em 2001, um grupo de vinte e sete alunos do doutorado da Universidade de Cambridge, conhecidos como “Cambridge 27”, elaborou uma petição para abertura da economia, chamada “Opening Up Economics”. De 2003 para frente, começando pela petição de Harvard, diversas outras manifestações foram sendo formadas ao longo dos anos e ao redor do mundo (Fullbrook, 2003, p. 1-2; Sent, 2006, p. 80-81; ICAPE, 2020).

Notoriamente, sejam declarações ou protestos, todas essas manifestações apresentavam uma motivação em comum: a busca e a necessidade de restaurar a liberdade acadêmica e a democratização da ciência através do pluralismo. Assim, considerando essas e outras importantes questões, o presente artigo tem como objetivo explorar o debate sobre pluralismo e a natureza política da ciência através de uma visão que politiza o próprio conhecimento científico. Entende-se que essas questões são fundamentais para alcançar uma ciência mais democrática.

Para desenvolver esse debate, além desse primeiro item introdutório, o artigo é dividido em outros quatro tópicos. O próximo tópico – no caso, o segundo – trata dos aspectos relacionados ao pluralismo e sua definição dentro da ciência econômica. Através dele, mostra-se que apesar da expansão do debate sobre pluralismo nos últimos anos, ele ainda depende da estrutura e posicionamento das comunidades científicas do campo para se tornar um requisito central. O terceiro tópico trata das relações entre essas comunidades – heterodoxia, ortodoxia, mainstream e neoclassicismo –, mostrando que existem questões políticas e de poder dentro do campo que podem cooperar para o distanciamento do pluralismo na ciência. Consequentemente, este tópico menciona que a visão da ciência precisa ser repensada a partir de uma ótica que politize o próprio debate científico. No quarto tópico são exploradas as questões relacionadas a essa politização, apontando que a ciência econômica representa um campo científico heterônimo e com pouco poder de refração e autonomia. Como resultado do conteúdo abordado, três apontamentos críticos fundamentais são destacados: a ciência econômica estar constituída por relações de poder e persuasão; os direitos acadêmicos não serem os mesmos para todos os pesquisadores do campo; e, por último, a ciência também não ser, necessariamente, Ciência para todos. Por fim, são feitas algumas considerações finais que destacam que os pontos abordados neste trabalho, além de sociológicos, são também de natureza institucional.

## **2. Definindo o pluralismo econômico**

Conceitualmente, pluralismo, pluralidade e pluralização são termos que carregam significados diferentes. Pluralidade, por exemplo, descreve uma característica do estado de pesquisa das atividades científicas (Kellert et al., 2006, p. ix), enquanto pluralização, com o mesmo radical advindo do Latim *pluralis* e sinônimo de diferenciação, representa o processo de transição de um estado de singularidade para o de pluralidade (Heise, 2016). Tanto a pluralidade, quanto a pluralização de abordagens teóricas são visíveis dentro do campo econômico através da existência de diferentes linhas e escolas de pensamento.

Pluralismo, por outro lado, é uma posição filosófica que sustenta uma defesa quantitativa à adoção de uma infinidade de abordagens, e que também reconhece a importância dos aspectos qualitativos delas – se são compatíveis ou incompatíveis, comparáveis ou incomparáveis (Heise, 2016).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Uma análise com base na pluralidade utiliza diferentes abordagens, estratégias, modelos e teorias; mas uma análise com base no pluralismo, por outro lado, é uma mudança na perspectiva e nas lentes pelas quais enxergamos a ciência (Kellert et al., 2006, p. ix), é uma exposição da deficiência dos conceitos e dos conhecimentos pautados no monismo científico. Enquanto a pluralidade é necessária para a existência do pluralismo, o pluralismo não necessariamente surge da pluralidade.

Em outras palavras, o pluralismo legitima a existência da pluralidade e da pluralização dentro da ciência e assume o compromisso político de defendê-las. Além disso, de modo um pouco mais completo, ele é ao mesmo tempo um termo normativo que equivale à defesa de uma pluralidade de entidades; uma posição ontológica que oferece formas de ver e compreender o estado das coisas na ciência; uma abordagem que ultrapassa os limites de uma simples defesa à uma multiplicidade e infinidade de possibilidades; uma teoria que justifica a existência de abordagens alternativas; um instrumento que celebra, aceita e encoraja a diversidade dentro da ciência (Mariyani-Squire; Moussa, 2015; Dow, 1997; Kellert et al., 2006; Dutt, 2014; Lawson, 2010).

Se cada pesquisador, diante de uma realidade não objetiva na qual a existência de narrativas divergentes é uma virtude científica, pode enxergar a ciência econômica com base em suas próprias lentes de pesquisa – compartilhadas e influenciadas pelos seus conjuntos de crenças e valores, e pelos grupos e escolas de pensamento com os quais se identifica (Harvey, 2015) –, a própria percepção e entendimento à respeito do pluralismo não pode ser um conceito *sui generis*, na sua própria ciência e com seus próprios cientistas sociais.<sup>2</sup> Devido à sua abrangência, por mais que compartilhe de elementos comuns – como o entendimento da incapacidade de um fenômeno ser efetivamente explicado por uma única teoria e uma única abordagem<sup>3</sup> –, a definição de pluralismo pode se referir a fenômenos distintos e muda de pensador para pensador e de tópico para tópico, afirmando, por vezes, heterogeneidade ontológica, epistemologia radical, ou mesmo liberdade metodológica e de métodos, para citar alguns exemplos. Enquanto Bruce Caldwell (1985; 1991) e David Colander (2000) talvez se dediquem, por exemplo, a explorar questões metodológicas e epistemológicas ao debaterem o pluralismo, Diana Strassmann, Martha Starr e Caren Grown (2010) talvez o enxerguem, especificamente na heterodoxia, com base em questões de igualdade de gênero e direitos.

Assim, ao transitar pela literatura do campo, observa-se que há diversos estudos que demonstram que o conceito de pluralismo acomoda, na verdade, diferentes tipos de pluralismo, adaptando-os e

---

<sup>2</sup> Cientistas no sentido proposto por John Harvey (2015, p. 15).

<sup>3</sup> Segundo Stephen Kellert, Helen Longino e Kenneth Waters (2006), o pluralismo econômico sustenta a noção de que não há argumentos suficientes e definitivos para afirmar que o mundo natural pode ser completamente explicado por uma ótica singular – o que, conseqüentemente, pressuporia a negação de um viés monista. Isto é, a multiplicidade de abordagens não constitui, necessariamente, uma deficiência à ciência mas sim, uma virtude. O pluralismo, portanto, nessa perspectiva, é o refúgio natural dos que resistem à expansão do monismo (Fullbrook, 2008). O monismo, por sua vez, é a doutrina metafísica que defende a ideia de que toda a realidade pode ser reduzida a um único princípio final constitutivo – uma única substância como o espírito idealista ou a matéria no materialismo – com poder e autoridades superiores (Bianchi, 1992, p. 139). De acordo com Edward Fullbrook (2008), todo o conhecimento empírico é condicionado às estruturas conceituais às quais ele se relaciona, e suas diferentes histórias refletem a complexidade da realidade e a necessidade de observá-las através de diferentes óticas e pontos de vista, ou seja, fazendo uso de diferentes lentes. É essa complexidade da ciência e da realidade diante à simplicidade das teorias que necessita do pluralismo se a ciência quiser realizar algo como seu pleno potencial (Fullbrook, 2008, p. 3).

empregando conforme a ótica que se deseja adotar. Há uma variedade de abordagens, relatos, crenças e visões que cooperam em conjunto para que não exista apenas o pluralismo em si, mas uma pluralidade de pluralismos. Sem ter a pretensão de simplificar esse debate, é possível notar que existem pelo menos oito tipos, formas ou dimensões de pluralismos: epistemológica, ontológica, metodológica, de método, normativa, prescritiva, de paradigma e teórica – conforme Sheila Dow (1997), Amitava Krishna Dutt (2014), Jason Turner (2010; 2012), Tony Lawson (2010), Edward Mariyani-Squire e Margaret Moussa (2015) e Arne Heise (2016; 2017). Esses diferentes aspectos do pluralismo também se caracterizam pela tolerância ao conjunto de abordagens que foram preteridas na tradição da economia dominante nos EUA (Dequech, 2018). Neste presente trabalho, grande parte do debate repousará, primordialmente, sob a dimensão metodológica.

Na forma metodológica, olvidada durante o processo de homogeneização da ciência econômica (ICAPE, 2020), o pluralismo pode ser definido tanto como uma posição meta-metodológica, que demonstra a forma pela qual as análises e estudos são conduzidos na ciência – como na economia dominante, por exemplo, através da sofisticação técnica, da matemática e econometria avançada, e da promoção da formalização metodológica –, quanto como um instrumento de análise das relações entre o método empregado e o mundo real. Em outras palavras, por definição, a forma metodológica do pluralismo também comporta a liberdade de que diferentes estratégias possam conviver, competir e complementar umas às outras (Lacey, 2012). Seja legitimando a importância e a necessidade de existirem vários modelos teóricos e abordagens metodológicas que aprimorem os conhecimentos sobre o objeto de estudo, ou desacreditando de algum protagonismo da metodologia prescritiva (Dainty, 2008; Dow, 1997), o pluralismo metodológico aponta o que é necessário para garantir boas relações epistêmicas na ciência – semelhante, conforme Davis (2012, p. 130), ao que “(...) *many economists and scientists would defend were they to step back from what they individually advocate in their own work and think in terms of what maintains policy and research in their fields overall.*”

Enquanto um instrumento metodológico, o pluralismo enfrenta críticas semelhantes às da própria metodologia. Diferente do que pensam os economistas que se encontram dentro do mainstream e que, conseqüentemente, são alvos das críticas (Caldwell, 1991), a metodologia não é responsável por definir o que é certo e errado ou o que é ciência e não ciência; assim como o e o metodólogo não é detentor das

chaves e guardião dos portões da ciência (Caldwell, 1985; Fernández, 2011).<sup>4</sup> Conforme Bruce Caldwell (1985), assumir essas posturas pode constituir uma defesa implícita ao monismo científico.<sup>5</sup>

Além disso, embora menosprezando a metodologia e o trabalho metodológico, os mesmos economistas mainstream que a criticam fazem uso dela e a empregam com frequência em seus trabalhos. Segundo Caldwell (1985, p. 233), por exemplo, “(...) [even] the usual dismissive argument made by mainstream economists against their heterodox critics (that the theories propounded by rival schools are “unscientific”) is a methodological one”. Há, então, uma diferença entre o que esses pesquisadores dizem que fazem e o que realmente fazem e isso também se estende à posição metodológica oficial e não-oficial da ciência econômica, conforme Deirdre McCloskey (1983; 1984; 1994). Essa mesma incompatibilidade que acompanha a abordagem dominante do campo, expõe um hiato existente entre a justificativa metodológica e sua execução. De acordo com John Harvey (2015), durante a formação de um economista em um típico programa de graduação, os estudantes aprendem que há diferenças ao comparar o que as pessoas dizem que fazem com o que elas realmente fazem – o que se aproxima de uma perspectiva retórica e persuasiva, como a que Bruno Latour (2011) e Deirdre McCloskey (1983; 1985) propõem.<sup>6</sup>

A diversidade de alternativas metodológicas, para além do modernismo, é um dos importantes estímulos à expansão do pluralismo na ciência econômica, e caminha de acordo com a abordagem desenvolvida neste artigo. Como enxergam os que se encontram do lado de fora do mainstream – os heterodoxos como os Marxistas, os institucionalistas ou os Pós-keynesianos, por exemplo –, a metodologia é importante não apenas para confrontar e criticar os princípios fundamentais defendidos pela ótica dominante, o que é essencial para a ciência, mas também para avaliar as teorias à luz dos problemas que se propõem a resolver (Caldwell, 1985).

---

<sup>4</sup> Semelhante a um “(...) guardião, o indivíduo que pode dizer o que é certo e o que é errado, como um bedel que no recreio fica repreendendo os alunos quando fazem jogos ou brincadeiras que o regimento da escola não permite “Saí daí, você é muito velho para brincar nesse balanço!”” (Fernández, 2011, p. 1)

<sup>5</sup> A busca do monismo por um conjunto de padrões e práticas imutáveis na ciência é uma quimera ou um conto para acalmar e disciplinar a ordem no campo. Estes padrões partem da percepção de que “(...) “[e]ven a bad love is better than no love at all.” If one’s job is to protect science, even bad standards are better than no standards at all.” (Caldwell, 1985, p. 238). Além disso, o monismo também falha em apreciar a riqueza e a diversidade presente na ciência econômica, limitando a atuação dos pesquisadores e determinando como devem pensar e proceder, como destacam Christian Arnsperger e Yanis Varoufakis (2006).

<sup>6</sup> Através de lentes e objetos de estudos diferentes, tanto McCloskey, quanto Latour apontam a retórica como um instrumento de persuasão e triunfo dentro da ciência. Para Latour (2011) a retórica é uma forma de fazer com que um determinado grupo de pensadores transforme suas verdades em fato, sobrepondo-se sobre os demais grupos do campo e transformando outras ideias (diferentes das suas) em ficção. As ideias dominantes nasceriam não de uma liberdade democrática das pesquisas e contribuições à ciência, mas da hegemonia que um pequeno conjunto de pensadores exerce sobre os demais. Apesar de não colocar no centro do seu argumento, McCloskey (1983; 1985, 1994) reconhece e deixa indícios dessas mesmas prováveis e inerentes relações em seus trabalhos, apontando que a retórica, por vezes, serve não apenas para o bom e honesto diálogo científico, mas que se torna um instrumento de poder.

Entende-se que o pluralismo metodológico vai além da mera metodologia atual da ciência econômica e se aproxima da não-metodologia de Sheila Dow (1997) e da anti-metodologia de Deirdre McCloskey (1998).<sup>7</sup> De modo semelhante à proposta institucionalista de Warren Samuels (1997) à la Veblen-Commons, ele assume um papel que também é epistemológico, isto é, um papel que parte da compreensão de que não há apenas uma realidade social, mas uma realidade heterogênea e diversa. O pluralismo metodológico, portanto, coopera para uma mudança institucional na ciência econômica, desde as suas convenções de produção e pesquisa, até as suas relações e atitudes políticas e democráticas (Strassmann et al., 2013, p. 61). Reconhece que não existem meta-critérios conclusivos fundamentando a ciência e que sua abertura é essencial para o seu próprio desenvolvimento (Davis, 2012, p. 130).<sup>8</sup> Assim, ele colabora para ampliar a compreensão dos debates no campo econômico, avaliar criticamente os pontos fortes e fracos dos seus programas de pesquisa, e prover ferramentas para que os pesquisadores tenham liberdade para fazer suas próprias escolhas e decidir o que adotar e aceitar (Samuels, 1997, p. 68).

No entanto, embora a discussão sobre o pluralismo tenha se expandido na economia nos últimos anos, desde a queda, no século XX, do consenso em torno do positivismo, o seu estímulo ainda depende dos arranjos institucionais internos do campo, de suas escolas e linhas de pensamento (Fernández; Suprinyak, 2019). A depender das atitudes dessas comunidades científicas e a forma como se posicionam, o pluralismo pode ou não ser um requisito central.

### **3. Heterodoxia, ortodoxia, mainstream e neoclassicismo**

Assim como em outras ciências sociais, a economia é composta por diferentes linhas de pensamento: heterodoxia, ortodoxia e o mainstream. São estes os grupos que comportam a identidade primária da ciência economia (Fullbrook, 2008), isto é, as diferentes abordagens ou escolas de pensamento do campo – como os Keynesianos, os austríacos, os Pós-keynesianos, os Marxistas, os institucionalistas e os neoclássicos, por exemplo. Ademais, estes últimos, os neoclássicos, além de se

---

<sup>7</sup> Tanto McCloskey, quanto Dow apontam que o modernismo – a metodologia oficial e defendida pela escola dominante do campo – não é suficiente para a ciência econômica. A metodologia, que é um reflexo da teoria, precisa ser capaz de refletir as transformações, variações e influências externas do seu campo científico.

<sup>8</sup> Com base em Harvey (2015), o desenvolvimento de explicações confiáveis carece de uma ótica pluralista, estimulando o vigoroso e justo debate entre as escolas do pensamento econômico e, até mesmo, outras ciências – o que tem estimulado diferentes programas de pesquisas no campo (Davis, 2007a, p. 275). Keynesianos e neoclássicos, assim como, austríacos e marxistas, certamente já sabem onde discordam; o que precisam no momento é talvez serem lembrados de onde podem concordar (Caldwell, 1985).

enquadrarem como uma escola de pensamento, também se tornam rótulos de destaque ao lado das demais linhas de pensamento, integrando e as transformando em quatro classificações principais.

Em um primeiro nível, desde as diferenças nas definições que adotam sobre o que é a economia<sup>9</sup>, a primeira diferenciação e grande divisão do campo ocorre entre as tradições ortodoxa e heterodoxa. A primeira, com origem por volta de 1870, é uma categoria intelectual que representa a vertente formalista da economia, a qual durante muitas décadas desempenhou o papel dominante dentro do campo (Colander et al., 2004).<sup>10</sup> A segunda, que começou a ganhar maior destaque no final de década de 1990 e meados dos anos 2000 (Lavoie, 2014), representa o conjunto de economistas com ideias diferentes das propostas pela ortodoxia.<sup>11</sup> Apesar de haverem zonas cinzentas entre essas definições, todas as abordagens que não pertencem à ortodoxia podem ser consideradas heterodoxas. Mesmo havendo algumas divergências fundamentais entre as escolas da heterodoxia, os economistas heterodoxos compartilham de críticas semelhantes quanto aos ortodoxos: como as muitas formalidades, a dificuldade de se dissociar das modelagens matemáticas e até mesmo a descrença no seu conjunto de suposições inflexíveis, por exemplo. Um dos pontos comuns que os qualificam é a crença de que há vários caminhos válidos para se fazer ciência, mas que nenhum deveria seguir intransigentemente o caminho definitivo da ótica e abordagem ortodoxa (Fernández, 2011) – além de também compartilharem de queixas semelhantes sobre a forma como os ortodoxos tratam suas ideias e trabalhos (Fernández; Suprinyak, 2019).

---

<sup>9</sup> O ponto de vista e a definição ontológica que cada tradição carrega é diferente – enquanto a heterodoxia tem um determinado conjunto de pré-conceitos sobre a natureza e a estrutura da realidade, a ortodoxia possui um conjunto distintamente diferente; enquanto a heterodoxia fundamenta sua ótica sob o realismo, a ortodoxia a fundamenta sob o instrumentalismo (Lavoie, 2014, p. 11-12). A ortodoxia, por exemplo, através de uma metodologia dedutivista de sistema fechado, define a economia tanto como uma ciência que estuda o comportamento de indivíduos não-sociais e não históricos, quanto como uma ciência que explora o modo pelo qual eles escolhem atender aos fins concorrentes através das relações com o mercado e o uso alternativo dos meios escassos (Lavoie, 2014; Lee, 2011) – “(...) [t]he study of the economy and economic policies through empirically testable models” (Colander, 2000, p. 141). Já a heterodoxia, por outro lado, com base em uma metodologia de sistema aberto, define a economia com base na agência humana em um contexto cultural e social no tempo histórico, afetando os recursos, os padrões de produção, consumo e reprodução, os significados e as ideologias das atividades econômicas em prol da provisão e bem-estar social (Lee, 2011, Harvey, 2015).

<sup>10</sup> A critério de curiosidade, dois pontos aqui são interessantes. O primeiro é que a definição do que é ortodoxia, conforme Colander et al. (2004, p. 491), é na verdade uma definição *reativa* e não *preventiva*. A definição e a nomeação da ortodoxia acontece quase duas décadas depois do conceito estar popularizado no campo. Logo quando a ortodoxia realmente acontece, ela ainda não existe, “(...) *orthodox specifications inevitably are backward looking, not current or forward-looking.*”. O segundo é que a criação do nome da escola ortodoxa na economia, nasce daqueles que eram, na verdade, contrários as ideias defendidas por ela, ou seja, daqueles que não compunham a seu corpo de pensamento – Karl Marx, por exemplo, com o termo “economia clássica” em meados do Século XIX, e Thorstein Veblen com “economia neoclássica” no fim do século XIX (Colander, 2000; Colander et al., 2004).

<sup>11</sup> A Crise Financeira Global de 2008 deu o impulso necessário para que abordagens alternativas começassem a ter mais destaque, como os próprios keynesianos. Estudantes de diferentes departamentos, que já no início dos anos 2000 faziam petições por uma maior diversidade de abordagens que fossem diferentes do neoclassicismo, e que correspondessem de modo suficiente à complexidade dos objetos de estudo (Fullbrook, 2008), começaram a reivindicar e criar seus próprios cursos heterodoxos, por exemplo; jornalistas, que antes se dedicavam às ideias de Milton Friedman, começaram a se interessar e procurar pelas ideias de Keynes (Lavoie, 2014).

Enquanto o conceito de heterodoxia permanece, de certo modo, incontestado, o conceito de ortodoxia sofreu algumas variações e influências advindas do mainstream e dos neoclássicos ao longo do tempo. Mesmo com algumas diferenças de ideias, os termos são muitas vezes empregados como sinônimos (Fernández; Suprinyak, 2019; Harvey, 2015; Dequech, 2007; Colander et al., 2004).<sup>12</sup> Do lado neoclássico, criticado por David Colander (2000) em seu conhecido texto *The Death of Neoclassical Economics*<sup>13</sup>, o termo é empregado como parte da posição atual de domínio na ciência econômica, isto é, como parte da tradição responsável por definir tanto os interesses de condução e pesquisa, quanto os padrões e condutas exercidos entre os membros do campo – associado também a crença de serem os únicos aptos a fornecer uma abordagem viável para os problemas econômicos (Lavoie, 2014).<sup>14</sup>

O mainstream, por outro lado, fruto de uma definição sociológica, conforme David Dequech (2007), também compreende parte da posição dominante do campo e se refere àqueles (pesquisadores e instituições) que representam as ideias mais prestigiadas e populares da elite econômica, baseadas fundamentalmente nos chamados livros-textos (Colander et al., 2004; Lavoie, 2014). Ainda conforme Dequech (2007), é o mainstream que lidera o *ranking* histórico de premiações, que determina os ensinamentos que são transmitidos nas universidades, que direciona as publicações nas revistas mais prestigiadas, e que são contemplados com investimentos e financiamentos oferecidos pelas fundações de fomento à pesquisa. Em outras palavras, assim como os neoclássicos, eles também determinam se as mudanças no âmbito da profissão também corresponderão a mudanças nos métodos e teorias compreendidos como mais prestigiados do campo.<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> De modo geral, enquanto a heterodoxia é composta tanto pelos marxistas, quanto os institucionalistas, os evolucionistas, os economistas feministas, os schumpeterianos, os economistas da velha economia comportamental, os pós-keynesianos, entre muitos outros; a ortodoxia, por outro lado, é representada primordialmente pelos neoclássicos – abordagem associada a revolução marginalista e conduzida pelo princípio metodológico da dedução axiomática. Seus três princípios fundamentais são “(...) (1) *the emphasis on rationality in the form of utility maximization*, (2) *the emphasis on equilibrium or equilibria*, and (3) *the neglect of strong kinds of uncertainty and particularly of fundamental uncertainty*.” (Dequech, 2007, p. 300).

<sup>13</sup> Os motivos que Colander (2000), por exemplo, aponta para sua morte e desuso nasce da sua incapacidade de ser claro e completo, natural e intuitivo, eficiente e apropriado, inspirador e não ideológico. Sua ideia fundamental é de que houve uma mudança na Santíssima Trindade do Mainstream, fazendo com que hoje seja bem diferente daquela de 1930, por exemplo. De fato, termo “neoclássico” em si não é essencial. Se desejassem, poderiam ser chamados de qualquer outro nome (Arnsperger; Varoufakis, 2005) – talvez de “*New Millennium Economics*” como propõe Colander (2000, p. 141), ou de “*Clubinho da Ciência Econômica*”. O ponto importante é que existe um conjunto teórico que é metodologicamente consistente e que, por conveniência e costume, é ainda chamado de neoclássico.

<sup>14</sup> “*There is nothing more frustrating for critics of neoclassical economics than the argument that neoclassical economics is a figment of their imagination; (...) In this sense, neoclassicism resembles racism: while ever present and dominant, no one claims to be guided by it*” (Arnsperger; Varoufakis, 2006, p. 5). De acordo com Harvey (2015, p. 30), “(...) *almost every economist, regardless of eventual school of thought, was trained in a Neoclassical program*”.

<sup>15</sup> Mesmo que o entendimento e a concepção de influência e prestígio mude ao longo do tempo, conforme Dequech (2007), os mecanismos de afirmação de domínio ainda permanecem os mesmos, como é o caso do Prêmio Nobel. Neste ponto, Keynes também pode assumir uma posição de destaque dada a credibilidade que acumulou antes de publicar a Teoria Geral (1936) que “(...) *surely helped the acceptance of some of his new ideas or at least provided an incentive to those who eventually combined these ideas with the previous conventional wisdom*.” (Dequech, 2007, p. 284).

Apesar de muitas vezes os dois conceitos serem apresentados como sinônimos, o mainstream não precisa, necessariamente, coincidir com a escola neoclássica<sup>16</sup> – Esther-Mirjam Sent (2019) se auto define, por exemplo, como uma economista mainstream, mas não neoclássica. Na verdade, conforme David Dequech (2018), enquanto corrente principal e dominante da economia, o mainstream não precisa corresponder a apenas uma única escola de pensamento ou tradição de um lugar específico. Abordagens como a economia comportamental, economia experimental e teoria dos jogos também podem fazer parte da economia dominante. Os elementos do que é definido como mainstream podem variar de um lugar para outro de acordo com a abordagem e o conjunto de ideias defendidas – sem a necessidade de que haja elementos comuns entre eles (Davis, 2006, 2007a; Lee, 2011). Por exemplo, o mesmo conjunto de ideias podem ser consideradas dominantes no Brasil e não dominantes nos Estados Unidos.<sup>17</sup>

Além dessas definições, há também os chamados economistas dissidentes que habitam entre as zonas cinzentas do campo. Apesar de não serem uma das definições visíveis e formais entre as tradições de pensamento da ciência econômica, os dissidentes existem entre os espaços de transição delas e representam, em sua maioria, os pesquisadores que se desviam da tradição mainstream. Além de todos os heterodoxos serem dissidentes, há também uma parcela dos dissidentes que compartilha de uma posição ontológica semelhante à ortodoxia (Lee, 2011; Fernández; Suprinyak, 2019), como Amartya Sen, Herbert Simon, Oliver Williamson, Milton Friedman, Paul Krugman e Ronald Coase, por exemplo.<sup>18</sup>

Apesar de cada uma dessas tradições de pensamento serem diferentes entre si, elas não são inimigas, necessariamente – a existência de uma não implica na inexistência da outra (Lee, 2011). Conforme Ramón Fernández e Eduardo Suprinyak (2019), a melhor forma de promover o pluralismo é fazer com que uma comunidade científica adote padrões éticos que o tenham como fundamento central. Para que isso aconteça é necessário entender o status das relações entre essas diferentes tradições científicas do campo: se promovem o equilíbrio e estão abertas às críticas externas, ou se adotam uma posição de monopólio das ideias e se tornam inimigas.

---

<sup>16</sup> Para Davis (2008, p. 55), por exemplo, as relações em princípio poderiam assumir pelo menos quatro formas: o mainstream ser idêntico ao neoclassicismo; a economia neoclássica ser dominante no mainstream, apesar de não ser única; a economia neoclássica ter um papel estável, mas minoritário e não dominante, dentro do mainstream; e a economia neoclássica ocupar um papel em declínio no mainstream.

<sup>17</sup> As ideias que são atribuídas de prestígio e credibilidade na academia americana – que historicamente possui maior influência sob os demais países – e que, conseqüentemente, são representantes da corrente principal e dominante, não são necessariamente as mesmas que ocupam este lugar em outros países, como Dequech (2018) mostra através do caso do Brasil.

<sup>18</sup> Alguns, ao serem chamados de ortodoxos mais ou menos dissidentes (desviados), foram destituídos da ortodoxia mas transformados em mainstream, tanto em função da popularidade de suas ideias e abordagens, quanto pelo *status* que obtiveram ao serem laureados pelo Nobel.

Segundo Frederic Lee (2010), por vezes, os momentos de pluralismo defendidos se tornam reflexo de um tipo de pluralismo ecumênico, isto é, um pluralismo que ao estimular a diversidade entre aqueles que lhes são aliados se propõe a sustentar a manutenção da sua posição de domínio e legitimar uma posição de poder. Há algumas situações em que pode se tornar, até mesmo, um tipo de pluralismo monista que defende uma posição de pluralismo para todos enquanto adota uma posição de monismo para si próprio (Sent, 2006).<sup>19</sup> Nestes casos, um grupo que detenha o título da posição de domínio do campo científico pode tanto acreditar ser o único detentor da ciência (da verdade e do conhecimento), quanto das únicas atitudes necessárias para a condução de toda a profissão (Fernández; Suprinyak, 2019; Davidson, 2004). Por muito tempo quem desempenhou esta posição de domínio foram os ortodoxos, mas atualmente, na economia contemporânea, ela também pode ser atribuída aos neoclássicos.

Estas relações, que são políticas e de poder, podem conduzir ao amplo distanciamento do pluralismo por parte das tradições de pensamento dominantes do campo, apesar de não ser uma regra.<sup>20</sup> Há um contraste, por exemplo, entre o ensino, as publicações e as premiações que são praticadas no Brasil (essencialmente pautadas no pluralismo), e aquelas que são praticadas no Reino Unido e Estados Unidos (com caráter monista) (Guizzo et al., 2019). Nos casos onde a adoção ao pluralismo não é comum, percebe-se com mais nitidez certas questões que ultrapassam o puro debate científico, embora não seja uma exclusividade destes casos.<sup>21</sup>

Seguramente, estas questões tem relação com as estruturas curriculares de ensino no campo econômico, mas, em adição a elas, há também um conjunto de elementos que tem relação direta com a sua politização enquanto ciência – e que, conseqüentemente, estimulam a não expansão do pluralismo no campo. Para explorar estas questões é necessário adotar outras abordagens que ajudem a observar o pluralismo e alguns aspectos da ciência econômica através da sua politização.

#### **4. Analisando o debate através da politização da ciência**

Em linhas gerais, a ciência econômica representa um tipo de campo científico heterônomo, com pouco poder de refração e autonomia. Isto faz com que suas relações internas sejam vulneráveis às

---

<sup>19</sup> Conforme Strassmann et al. (2010, p. 88), isto seria semelhante a dizer que a ciência toda deve ser pluralista, mas que eu, enquanto também cientista e parte dessa ciência não preciso, necessariamente, ser – “(...) is a desideratum at the aggregate level, but not necessarily at the individual level. We should be pluralists, but not me and neither should you.”

<sup>20</sup> Conforme Marion Fourcade (2009, p. 125), toda a economia é, em sua natureza, um empreendimento político: “To the extent that they involve choices about the structure of society (even if it is to leave society unchanged) and furnish arguments to be used in political struggles, economic methods inevitably have political underpinnings and political implications.” O fato de serem sempre políticas, entretanto, não implica que não haja estímulo ou ampla adoção do pluralismo.

<sup>21</sup> Essas mesmas questões também podem estar presentes nos casos onde o pluralismo é mais comum, como no Brasil.

pressões e imposições externas e que haja, conseqüentemente, uma politização da sua ciência no sentido proposto por Pierre Bourdieu (2003). Naturalmente, a intervenção de forças não-científicas ganha corpo em meio as lutas puramente científicas e faz com que relações de domínio habitem dentro das rodas de conversas do campo, também construindo algumas barreiras que dificultam que determinadas ideias sejam criticadas e colocadas à prova. Neste cenário, o pluralismo se torna apenas um objetivo secundário.

Conforme Philip Mirowski e Esther-Mirjam Sent (2002), a ciência alcança o ponto de se tornar uma mercadoria que é encaixada dentro da economia. Desta relação – com base em uma proposta neoliberal e com o indivíduo como empreendedor de si mesmo – resulta a ideia de que a lógica das tradições e teorias dominantes, como a neoclássica, por exemplo, se torna a base para a construção da própria ciência; e essa ciência apenas mais um caso especial dentro de um grande mercado de ideias. Se a intenção do mercado é alocar os recursos de modo ótimo, não há espaço para uma ciência da economia preocupada com o pluralismo, isto é, preocupada com a tolerância e a democracia dentro da ciência. O conhecimento, neste cenário, passa por um processo de “tecnização”, no qual se torna um produto vendável, reforçado pela lógica do mercado e do imperialismo (Guizzo et al., 2019). Em outras palavras, o imperialismo econômico se aproxima do momento de comprar a própria ciência.

Como mercadoria, portanto, têm-se uma ciência que é moldada pelos interesses particulares e privados do ethos neoliberal que são, em última instância, interesses de capital – isto é, da propriedade científica e intelectual privada. Essa é a mesma perspectiva que Laymert Garcia dos Santos (2003) adota ao mostrar que relações democráticas da ciência são transformadas em relações de interesses privados, onde uma função mútua como o “eu e você” é transformada em uma função que prioriza o interesse particular, individual e conflitante do “ou eu ou você”. Esta relação, que Santos (2003) observa e coloca como uma relação de poder que está fora da ciência, Bourdieu (2003) analisa como estando do lado de dentro dela.<sup>22</sup> Ela, portanto, não determina apenas as regras dentro do campo científico, mas a sua orientação e o grau de autonomia que seus membros devem ter.<sup>23</sup>

Se toda a estratégia tem a intenção de atribuir domínio e arregimentar pessoas em favor de um determinado conjunto de ideias; toda a estratégia da ciência, além de intelectual, é em si mesma uma estratégia de poder e, conseqüentemente, uma estratégia politizada nas quais os agentes conduzem as

---

<sup>22</sup> Através de pontos de vista diferentes, os dois apontam para uma ciência que é essencialmente constituída por relações de poder. Por poder, entende-se tanto o poder político, institucional e institucionalizado, ou seja, temporal; quanto o poder do prestígio e reconhecimento pessoal, que é específico. Ambos são provenientes da perspectiva de Bourdieu (2003). Como o campo econômico é heterônimo, a estrutura que relaciona esses poderes possui um equilíbrio em defasagem.

<sup>23</sup> Como a ciência normal de Kuhn. “*Normal science is the dominant activity of our profession and most of our time is spent solving puzzles rather than rewriting economic theory.*” (Harvey, 2015, p. 28).

interações do capital científico (Bourdieu, 2003; Latour, 2011).<sup>24</sup> Thorstein Veblen, por exemplo, faz uma observação semelhante através do que nomeia como paradoxo antropológico – no qual a evolução dos hábitos predatórios na humanidade fez com que a vida se tornasse uma constante luta sob o governo das forças de conflito e poder –, conectando a política com o poder ao destacar que o aspecto político é tanto uma preocupação com poder, quanto com a conquista e a luta.<sup>25</sup> William Dugger (1980) também faz um exercício próximo ao de Veblen, adicionando a conexão dos dois elementos ao próprio individualismo. Naturalmente, estas relações podem se tornar contínuas e cíclicas: poder e persuasão são resultados da politização da ciência e estão diretamente relacionados ao individualismo das tradições dominantes.

Deste modo, três apontamentos críticos podem ser feitos. Em um primeiro momento, com base nos pontos que já foram levantados, pode-se destacar que: **i) a ciência econômica está hoje constituída e regida por relações de poder e persuasão.** Essas relações, conforme Dugger (1980), ocorrem quando uma tradição de pensamento – como a ortodoxia ou o neoclassicismo, por exemplo – ocupa uma posição de hegemonia dentro da ciência e impõe suas abordagens e ideias como as únicas verdades válidas de consideração.<sup>26</sup> Segundo Latour (2011), instituem-se caixas-pretas na ciência que impedem que questões fundamentais sejam exploradas, determinando tanto o que pode ou não ser considerado como verdade (fato e ficção), quanto a sua própria manutenção. Parte desta estratégia também é fruto do uso de uma retórica persuasiva e política, isto é, de uma relação que não funciona, necessariamente, para o progresso da ciência, mas para o conforto dos pesquisadores que dominam o campo.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> A ciência não chega a algo completamente neutro já que todo debate acaba sendo, em algum ponto, político; mas deveria chegar a algo mais democrático uma vez que o conhecimento científico, como Hugh Lacey (2008, p.298) aponta, deveria ser patrimônio da humanidade.

<sup>25</sup> Nos quais as diferenças e desigualdades se tornam a essência negativa dos indivíduos. Conforme Sidney Plotkin (2014), traços primitivos da natureza humana foram moldados para a apreciação do poder e do prestígio durante o período que, no esquema interpretativo da história humana de Veblen, corresponde a época da barbárie. Naturalmente, se essa época fez com que “(...) essential traits and features gradually gestated and congealed, becoming indelible and lasting features of human endowment.” (Plotkin, 2014, p. 251), ela também dotou a humanidade de características que são duradouras, entre elas o próprio poder e a arte da persuasão. Logo, se as ideias de Veblen são um lembrete de que a mão direita precisa sempre da supervisão da mão esquerda (Plotkin, 2019, p. 205), a proposta do pluralismo e a exposição das relações por trás da ciência econômica faria (e faz) o mesmo para o campo – isto é, promovendo a supervisão mútua entre as diferentes abordagens, através da exposição às críticas e questionamentos, elas promovem a liberdade e o avanço das produções científicas no campo. Apesar dos objetos de estudo e das abordagens veblenianas serem diferentes das propostas adotadas neste artigo – principalmente em seu contexto de exploração –, quando estendidas às relações internas da ciência econômica, a interdisciplinaridade de suas perspectivas convergem com as relações que acontecem no campo científico da economia.

<sup>26</sup> Christian Arnspenger e Yanis Varoufakis (2006) apontam, por exemplo, que há um movimento de persuasão por parte dos economistas neoclássicos no qual defendem que sua ciência é estritamente científica e isenta de valores pessoais. Deste modo, o único conjunto de ideias que poderia ter a atribuição de método verdadeiro é a que eles mesmos praticam. Alguns grupos e associações de economistas – e outros pensadores do campo das ciências sociais – foram inclusive criados em função da preocupação que as limitações teóricas e práticas da tradição neoclássica poderiam causar à ciência econômica (ICAPE, 2020).

<sup>27</sup> A retórica, como Latour (2011) propõe, constrói uma linha de defesa que protege os argumentos de críticas e faz com que os opositores se sintam sozinhos (fracos). Através da comunicação, ela não apenas efetiva uma verdade externa, mas cria as suas próprias como um meio de reter e conduzir a forma de pensar de uma audiência (McCloskey, 1983; 1998). Ao mesmo

Estas questões levam ao destaque de um segundo importante apontamento: **ii) os direitos acadêmicos dentro do campo econômico são limitados e sua ausência pode levar à servidão intelectual.**

Embora o debate proposto até aqui tenha repousado sob uma perspectiva do pluralismo através das ideias e abordagens; ao destacar os aspectos da politização no campo científico também é necessário observar como se reproduzem através dos economistas que compõe essa comunidade. Segundo o que aponta Sidney Plotkin (2019), as relações de poder da ciência são, segundo uma ótica vebleniana, consequência da experiência humana, dos hábitos e técnicas de comportamento que são desenvolvidos ao longo da vida.<sup>28</sup> São esses agentes que podem lutar contra as forças presentes no campo científico ou se submeter às estruturas conforme as suas próprias disposições particulares e institucionais (Bourdieu, 2003; Dequech, 2018). Os indivíduos, conforme Dugger (1980), não são apenas selecionados para desempenhar uma determinada função dentro de uma realidade complexa, mas moldados para ela.<sup>29</sup>

Assim, o segundo apontamento crítico destaca que em uma ciência politizada os direitos acadêmicos podem não ser os mesmos para todos, como é o caso da economia.<sup>30</sup> O que determina o objeto de interesse dos pesquisadores, isto é, o que pode ou não ser feito – como os pontos de vistas, as intervenções científicas, os temas pesquisados e as publicações –, é a estrutura das relações objetivas do campo (Bourdieu, 2003). Por um lado, dependendo da posição que ocupam, os indivíduos podem ser condicionados a algum tipo de servidão intelectual. Por outro, entretanto, quanto mais estiverem em

---

tempo em que a retórica pode ser um meio de auxiliar a economia a enfrentar os diversos argumentos propostos pelas linhas de pensamento dominantes – reafirmando a ideia de que uma economia retoricamente sofisticada produz melhor ciência com mais democracia (McCloskey, 1994) –, ela também é o próprio instrumento que ajuda a criar e erguer os argumentos dominantes, determinando o que é fato e o que é ficção. Assim, ela atribui força e poder a determinados grupos e ideias, arregimentando pessoas e formando exércitos mais poderosos do que os de seus adversários.

<sup>28</sup> Essa avidez, ainda com base em Veblen, também pode estar conectada aos instintos, isto é, à forma como se relacionam dentro das diferentes esferas da sociedade – como a esfera da ciência.

<sup>29</sup> Os comportamentos individuais são moldados tanto pelas características externas do meio ao qual estão inseridos, quanto pelas internas. Quando combinadas, essas características se tornam capazes de desenvolver um conjunto de heurísticas e pré-conceitos psicológicos que desempenham papel de destaque nos seus comportamentos dentro da comunidade científica, como os próprios debates da economia comportamental pontuam. Quando o *Homo economicus* entende, por exemplo que os fins não são justificados pelos meios, conforme Arnsperger e Varoufakis (2006, p. 12), ele aprende a ponderar os resultados antes de tomar uma decisão, balanceando o que ele pensa (meios internos) e o que os outros esperam que ele pense (meios externos) – algo como uma evolução a um *Homo “emotional” economicus*. Em outras palavras, este *Homo “emotional” economicus* é semelhante a qualquer outro homem, uma criatura de hábitos e propensões culturais adquiridos, em grande medida, de seus antecessores: “(...) and the habits of thought formed in any one line of experience affect his thinking in any other.” (Veblen, 1898, p. 159). Essas propensões, ponderações e hábitos de comportamento cooperam para a determinação das combinações heurísticas e também são influenciados por elas.

<sup>30</sup> O direitos acadêmicos correspondem a liberdade de pensar de forma livre e independente, com autonomia doutrinária, criatividade, senso crítico e diversidade metodológica (Garnett, 2011) – diferente da doutrina dominante que defende apenas o *Homo economicus*, “(...) which, in the name of utility maximization, tries to erase all trace of culture, history, personality or any quirky quality that might smudge the one-size-fits-all model” (Jacobsen, 2003, p. 135-136). A servidão intelectual, por outro lado, representa uma consequência da restrição dos direitos acadêmico. Ela não tem relação com a natureza do indivíduo, isto é, não impede que ele seja cientista ou faça ciência; mas tem a ver com a natureza da própria ciência e sua abertura para que se pratique ciência.

posições favorecidas, ligadas ao capital científico, mais serão beneficiados e tenderão a conservar a estrutura das relações do campo e, conseqüentemente, seus próprios interesses – sejam essas estruturas de pluralismo ou monismo científico.

De acordo com Latour (2011), há conversas em curso na ciência que têm uma forte propensão a se tornarem fatos, mas só participam dessas conversas e contribuem com novas ideias aqueles que possuem apoio e integram a comunidade acadêmica dominante. Isto faz com que parcela significativa dos departamentos se tornem lugar de repouso de pesquisadores que defendem uma única visão da economia enquanto ciência através do ethos da tradição dominante, que determina os padrões de promoção, financiamentos, salários e atribuição de bolsas.<sup>31</sup>

Há, portanto, dois lados a serem considerados dentro da comunidade científica: o da “ciência pronta”, onde estão as tradições dominantes, como o mainstream e os neoclássicos; e o da “ciência em construção”, onde estão as tradições não-dominantes, como a heterodoxia.<sup>32</sup> Naturalmente, os primeiros representam os pesquisadores que reproduzem as ideias que exercem domínio no campo, enquanto os demais, embora detentores de certa liberdade acadêmica e científica, representam aqueles que são constantemente lembrados das conseqüências dessa liberdade – isto é, das conseqüências de não reproduzirem as ideias dominantes o que, conseqüentemente, pode fazer com que também desejem estar no primeiro grupo.<sup>33</sup>

Apesar de ocuparem posições diferentes dentro da estrutura do campo, os dois lados podem ter seus direitos acadêmicos limitados e, conseqüentemente, levados a algum tipo de servidão intelectual. A diferença é que as sanções e os sofrimentos são diferentes. A luta dos que estão dentro da tradição dominante é menor. Isto é, apesar deles necessitarem seguir intransigentemente a doutrina dominante, os que estão do lado de fora precisam lutar não apenas contra as sanções causadas pela intransigência a essa mesma doutrina, mas também por investimentos, bons postos na ciência, publicações e, principalmente, por reconhecimento. A diferença nos direitos acadêmicos, portanto, resulta em pelo menos dois tipos de servidão intelectual: uma que é aceita (experimentada por aqueles que são condescendentes às ideias da doutrina neoclássica), e uma que é arduamente sofrida (experimentada por aqueles que são contrários a essa mesma doutrina).

---

<sup>31</sup> A depender do status dentro do campo, isto é, ao lado de quem o pesquisador escolhe sentar-se à mesa durante o banquete acadêmico, uma ideia, uma pesquisa, uma proposta para financiamento ou mesmo uma publicação científica podem ser reconhecidas como brilhantes ou como uma insanidade suscetível de sanções. No primeiro caso, sentado à mesa da tradição dominante, as possíveis pequenas transgressões à rigidez do formalismo acadêmico podem ser encaradas como pequenas excentricidades divertidas (Harvey, 2015). O mesmo não acontece nas outras mesas.

<sup>32</sup> Latour (2011) aponta essa relação através das duas faces de Jano Bifronte: de um lado uma ciência que ainda está sendo construída, e do outro uma ciência que já está pronta e determina as regras do campo.

<sup>33</sup> Não por não acreditarem no que defendem, mas por talvez considerarem que teriam mais acesso a financiamentos, privilégios e credibilidade acadêmica se estivessem do lado de lá. Por acreditarem que as dificuldades seriam menores.

O Prêmio Nobel de Economia é um dos principais exemplos de como essas relações acontecem.<sup>34</sup> Embora não seja sua natureza original, quando atribuído à ciência econômica ele assume a posição de um instrumento de afirmação política.<sup>35</sup> Mais da metade dos ganhadores do Prêmio, desde 1969, são americanos ou lecionaram em centros universitários americanos. Conforme Marion Fourcade (2009), isso quer dizer que a maioria dos trabalhos autorizados na disciplina econômica são de origem americana, o que representa não apenas a hegemonia científica dos Estados Unidos sobre o restante do campo localizado ao redor do mundo, mas a própria hegemonia da tradição mainstream que é mais bem vista: a pouca (ou nenhuma) expansão do pluralismo e a prevalência do monismo através da ortodoxia e do neoclassicismo.<sup>36</sup>

O efeito do Prêmio, portanto, é tanto uma forma de obter poder, quanto de disciplinar a comunidade científica em favor de determinadas abordagens (Dequech, 2007). No primeiro caso, considera-se que quem ganha o Prêmio é um economista que já alcançou um status importante dentro da profissão e, por isso, detém poder e credibilidade suficientes. No segundo, aqueles que ainda não ganharam o prêmio são disciplinados a não se desviar das ideias defendidas pela corrente dominante, para não colocar suas chances, e mesmo suas carreiras, em risco.

Estas questões, portanto, apontam para o que a perspectiva mertoniana menciona sobre a ciência nem sempre ser respeitada por ser eficaz, mas por incorporar valores que são idênticos ao da tradição dominante. Através destas ideias, chega-se ao terceiro e último ponto de destaque deste artigo: **iii) a percepção de que a ciência econômica não é, necessariamente, Ciência para todos.**

---

<sup>34</sup> Segundo Peter Söderbaum (2003, p. 95), por exemplo, “[t]his award has probably contributed to making economics more “autistic” and to protecting the neoclassical paradigm” e representa “(...) the power of ancestor worship! A very useful means of establishing one’s credibility is citing certain authors, books, and journals (...)” (Harvey, 2015, p. 31).

<sup>35</sup> Historicamente, até por volta de 1960, o Prêmio Nobel ainda não existia dentro da ciência econômica. Sua criação se concretiza através do que parece ser uma estratégia exclusivamente política. Nomeado inicialmente de Prêmio Banco da Suécia em Memória de Alfred Nobel – “(...) the most prestigious distinction that can be bestowed upon an economist since 1969” (Dequech, 2007, p. 284) – o prêmio foi originalmente criado para homenagear as grandes contribuições dos pesquisadores à ciência, atribuído de credibilidade científica e isento de aspectos políticos. Não havia, portanto, nenhum vínculo com a ciência econômica até haver a necessidade de se tornar independente do Banco Central da Suécia. O Prêmio Nobel de Economia nasce, portanto, independente da Fundação Nobel e com intenções diferentes.

<sup>36</sup> Apesar de alguns economistas que se encontram fora da tradição dominante já terem sido laureados com o Prêmio, alguns até mesmo defensores de um certo grau de pluralismo, esse não é um histórico tão comum – entre eles podemos citar, por exemplo, Gunnar Myrdal, que deixou a economia neoclássica e declarou abertamente sua simpatia pelo institucionalismo; Frederick Hayek, que ao ganhar o prêmio já não defendia todas as ideias que seu trabalho abordava; Douglass North, que expandiu as fronteiras da economia mainstream defendendo ideias que eram antes rejeitadas; e, até mesmo, Paul Krugman e Joseph Stiglitz, que se tornaram críticos implacáveis da ortodoxia econômica, sobretudo no que diz respeito às lacunas associadas ao conhecimento da teoria keynesiana (Söderbaum, 2003; Jacobsen, 2003; Colander et al., 2004; Dequech, 2007; Lavoie, 2014); além de outros meio dissidentes como Oliver E. Williamson, Thomas C. Schelling, Herbert A. Simon, Elinor Ostrom, Amartya Sen, Daniel Kahneman e Richard Thaler.

Nem sempre todos os que estão dentro da ciência e se dizem cientistas estão, genuinamente, praticando Ciência.<sup>37</sup> Alguns podem estar apenas seguindo o comportamento de manada, no sentido Keynesiano, copiando e reproduzindo as mesmas ações dos outros agentes (pesquisadores e economistas da tradição que exerce domínio).<sup>38</sup> Segundo Bourdieu (2003), este também é um processo de pegar emprestado algumas qualidades científicas daqueles que estão em destaque dentro da comunidade, assegurando-se de seguir por um caminho que apresenta pouco ou menor risco e que já está consolidado dentro do campo.<sup>39</sup> Naturalmente, por representar um único caminho seguido pela maioria, o comportamento de manada estimula o monismo ao invés do pluralismo.

Essa tendência – que pode se tornar natural ao ponto de passar despercebida –, pode ser maior entre os que estão no início na profissão, por serem mais facilmente influenciados pelas tradições dominantes e desejarem construir rapidamente uma boa reputação (Baddeley, 2013). Jovens pesquisadores são melhores recompensados quando reproduzem ideias e agem conforme as normas técnicas já pré-determinadas (ICAPE, 2020). A concentração de recursos que resulta deste tipo de comportamento, que fortalece certas estruturas das relações objetivas – no caso, as dominantes –, é pouco apropriada ao avanço e democratização da ciência econômica.<sup>40</sup>

Embora as influências sociais sejam componentes importantes da ciência, elas podem produzir comportamentos inconscientes e pouco positivos. Como a tradição dominante exerce poder dentro do campo – e seguir as suas ideias resultaria em menor aversão a perda, com base em Amos Tversky e Daniel Kahneman – duas consequências podem ser destacadas: a primeira é que os pesquisadores podem se tornar meros imitadores; e a segunda é que os pesquisadores podem perder o seu poder de agência.

---

<sup>37</sup> Há uma breve distinção entre “ciência” e “Ciência”. Ao falar de ciência, refere-se apenas ao ato de frequentar o ambiente científico e acadêmico. Isto é, sentar à mesa com os pesquisadores mas sem, necessariamente, ser um pesquisador ou, efetivamente, dispor de um criticismo científico – é a representação do simples ato de seguir o que os outros estão fazendo. Ao falar de Ciência, por outro lado, destaca-se a verdadeira prática científica em si, ou seja, a participação ativa nas rodas de conversas, criatividade, pesquisa, descoberta, produção, desenvolvimento e aplicação de ideias, questionamentos, observações críticas, contribuições efetivas, etc.

<sup>38</sup> Aqui o comportamento de manada representa uma situação na qual os membros de uma determinada comunidade científica seguem, de forma absoluta e automática, um determinado paradigma, abordagem, metodologia ou programa de pesquisa (Strevens, 2013).

<sup>39</sup> Apesar de serem apontadas como racionalmente objetivas, conforme Michelle Baddeley (2013), muitas das abordagens teóricas da economia são formadas sob condições de incerteza fundamental e, nestes casos, naturalmente, os valores e as crenças influenciam as opiniões e as decisões. Quando em situações incertas, os indivíduos empregam orientações heurísticas – como convergir suas escolhas presentes com as decisões passadas, por exemplo – que também são suscetíveis a vieses cognitivos.

<sup>40</sup> Seguir influências já pré-determinadas não é um problema em si. Os economistas não começam sempre do zero em suas pesquisas “(...) *never building off of anyone else's work nor sharing other people's results. (...) [even because] they would very rarely be awarded grants, as funding agencies require that a successful track record be demonstrated.*” (Weisberg, 2013, p. 13-14). No entanto, a proposta do comportamento de manada não quer dizer a mesma coisa. Ela representa um comportamento diferente deste.

No primeiro caso há uma reprodução automática das informações a despeito do seu conhecimento. Os agentes reproduzem (certo ou errado, conhecendo ou não) o que ouvem nos corredores sobre a Ciência e se tornam apenas imitadores, ao invés de pesquisadores e cientistas. Isto é, falam sobre o que acreditam ser a Ciência: podem, por exemplo, saber e falar que Marx, Veblen e Keynes existiram em algum momento da história e foram importantes, mas desconhecem o que escreveram e o que suas teorias dizem. Reconhecer a existência de algo não é o mesmo que se envolver e conhecer (Mearman et al., 2018).

No segundo caso, eles perdem a liberdade de serem agentes ativos na condução da sua carreira e pesquisas. Conforme Amartya Sen (1999), ser agente é ter a liberdade e o direito de realizar mudanças, fazer críticas e ser julgado com base em seu próprio conjunto de valores, crenças e objetivos.<sup>41</sup> Neste caso, eles têm seus direitos de pesquisador e cientista apropriados pela imposição de ideias da teoria dominante.

Essas relações, portanto, demonstram a prática de uma ciência que se preocupa em reproduzir o que é apropriado para alcançar os postos hierárquicos do campo e não, necessariamente, o que é essencial para o seu avanço e desenvolvimento.

Essa busca pela hierarquia, que se manifesta nas diferentes dimensões da disciplina, é também intrínseca aos três apontamentos críticos apresentados. A natureza e existência deles representam um desafio para a expansão do pluralismo e da democracia na ciência econômica. Naturalmente, reflete-se uma ciência que se preocupa com a manutenção da produção do conhecimento, que é voltada para a defesa dos axiomas dominantes, e que se preocupa primeiramente com prestígio e poder – aspectos que são importantes para explicar o porquê dos pesquisadores seguirem essas ideias. Este ethos, que é neoliberal, se manifesta desde os professores que compõem os centros universitários às listas de publicações e classificações dos periódicos, e fazem com que pré-conceitos sejam carregados e disseminados pela tradição dominante em prejuízo às demais abordagens periféricas (Guizzo et al., 2019). Essas questões afetam não apenas os departamentos do campo ao redor do mundo, mas ameaçam o próprio pluralismo e a democratização da ciência econômica.

---

<sup>41</sup> Através da abordagem de capabilities, Sen demonstra que o poder de agência é um meio de garantir que os indivíduos alcancem oportunidades, exerçam seus direitos e liberdades, e tenham espaço para escolher e expressar suas ideias e decisões. No caso da ciência econômica, ele representa um instrumento que assegura aos pesquisadores a liberdade de produzir e viver a Ciência do campo.

## 5. Considerações finais

Este artigo analisou as relações entre o pluralismo econômico e a politização da ciência destacando três apontamentos críticos considerados fundamentais: a ciência econômica estar constituída por relações de poder e persuasão; os direitos acadêmicos não serem os mesmos para todos os pesquisadores do campo; e, por último, a ciência também não ser, necessariamente, Ciência para todos.

Iniciou-se o debate definindo o que se entende como pluralismo na economia e destacando que seu estímulo está ligado aos arranjos institucionais de dentro do campo econômico. Através das relações entre as escolas e linhas de pensamento, também foi destacado que existem questões de poder e mercado que precisam ser observadas através de uma ótica politizada. De modo geral, as ideias apresentadas ao longo deste trabalho demonstram que existe uma busca pela manutenção da estrutura das relações objetivas por parte das tradições dominantes do campo, sejam elas mainstream ou neoclássicas. Isto é, que há uma tentativa de manter a hegemonia das ideias e abordagens defendidas dentro das comunidades científicas.

Se o pluralismo é pautado na diversidade, tolerância e no estímulo à adoção de diferentes abordagens metodológicas, estas questões demonstram o porquê de ele nem sempre ser adotado dentro da disciplina. Mais do que isso, estes apontamentos também expõe as consequências da politização da ciência e sua falta de democratização, demonstrando que, embora a ciência não chegue a algo completamente neutro, ela deveria chegar a algo mais democrático.

Certamente, ao apontar os três pontos críticos a respeito da ciência econômica é preciso também observar que essas relações não são apenas sociológicas, mas institucionais. Por instituições, entende-se o conjunto de regras e comportamentos que são socialmente compartilhados em uma comunidade científica – tanto “os fins” como “os meios” das relações de poder são determinados institucionalmente, por exemplo. Seguir as instituições tem relação direta com o tipo de influência que alguns grupos sociais compartilham e exercem sob os demais. Isto faz com que o pluralismo também possa ser uma questão de reciprocidade. Como abordado em outros momentos deste artigo, por exemplo, as ideias e abordagens de maior prestígio e institucionalmente defendidas no Brasil, são diferentes das que são defendidas nos Estados Unidos: o próprio pluralismo se tornou uma regra institucional amplamente defendida na tradição brasileira, mas não necessariamente na americana. As formas como as ideias são impostas também está atrelada aos incentivos, recompensas e sanções oferecidas.

Por fim, embora este trabalho explore questões algumas importantes, outras ideias ainda serão exploradas e abordadas em trabalhos futuros.

## Referências bibliográficas

ARNSPERGER, C.; VAROUFAKIS, Y. A Most Peculiar Failure. On the Essence of Neoclassical Economics, its Response to Criticism, and its Remarkable Capacity to Turn Explanatory Failure into Theoretical Triumph. **Mono**, p. 1-29, 2005.

\_\_\_\_\_. What Is Neoclassical Economics? The three axioms responsible for its theoretical oeuvre, practical irrelevance and, thus, discursive power”. **Panoeconomicus**, v. 53, n. 1, p. 5-18, 2006.

BADDELEY, M. (2013) Herding, social influence and expert opinion. **Journal of Economic Methodology**, v. 20, n. 1, p. 35-44, 2013.

BIANCHI, A. M. Muitos Métodos é o Método: A Respeito do Pluralismo. **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 2, p. 135-142, 1992.

BOURDIEU, P. **Usos sociais da ciência**. Unesp, 2004.

CALDWELL, B. The case for pluralism. In: DE MARCHI, N. (ed.). **The Popperian Legacy in Economics**. New York: Cambridge, p. 231-244, 1985.

\_\_\_\_\_. The Methodology of Scientific Research Programs in Economics: Criticisms and Conjectures. In: SHAW, G. K. (ed.). **Economics, Culture, and Education: Essays in Honour of Mark Blaug**. London: Edward Elgar, p. 95-107, 1991.

COLANDER, D. The death of neoclassical economics. **Journal of the History of Economic Thought**, n. 22, p. 127–143, 2000.

\_\_\_\_\_. Moving beyond the rhetoric of pluralism. In: GARNETT, E.; OLSEN, E.K.; STARR M. (eds.). **Economic Pluralism**. London: Routledge, p. 36-47, 2010.

COLANDER, D.; HOLT, R.; ROSSER, J. B. The Changing Face of Mainstream Economics. **Review of Political Economy**, v. 16, n. 4, p. 485–499, 2004.

DAINTY, A. Methodological pluralism in construction management research. **Advanced research methods in the built environment**, v. 1, p. 1-13, 2008.

DAVIDSON, P. A Response to King’s Argument for Pluralism. **Post-autistic economics review**, n. 24, p. 1-6, 2004.

DAVIS, J. B. The Turn in Economics: Neoclassical Dominance to Mainstream Pluralism? **Journal of Institutional Economics**, vol.2, n.1, p.1–20, 2006.

\_\_\_\_\_. The turn in economics and the turn in economic methodology”. **Journal of Economic Methodology**, v. 14, n. 3, p. 275-290, 2007a.

\_\_\_\_\_. Why is economics not yet a pluralistic science? **Post-autistic economics review**, n. 43, p. 42-51, 2007b.

\_\_\_\_\_. Heterodox Economics, the Fragmentation of the Mainstream, and Embedded Individual Analysis. In: HARVEY, J. T.; GARNETT, R. (eds.). **Future Directions for Heterodox Economics**. Ann Arbor: University of Michigan Press, p. 53-72, 2008.

\_\_\_\_\_. Samuels on methodological pluralism in economics. **Research in the History of Economic Thought and Methodology: A Research Annual**. Emerald Group Publishing Limited, p. 121-136, 2012.

DAVIS, J.; HANDS, W. Introduction: Methodology, systemic risk, and the economics profession. **Journal of Economic Methodology**, v. 20, n. 1, p. 1-5, 2013.

DE LANGHE, R. Why should I adopt pluralism? In: GARNETT, R.; OLSEN, E.K.; STARR M. (eds.). **Economic Pluralism**. London: Routledge, p. 87-98, 2010.

DEQUECH, D. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 30, n. 2, p. 279-302, 2007.

\_\_\_\_\_. Applying the general concept of mainstream economics outside the United States: General remarks and the case of Brazil as an example of the institutionalization of pluralism. **Journal of Economic Issues**, v. 52, n. 4, p. 904–924, 2018.

DOW, S. Methodological pluralism and pluralism of method. In: SALANTI, A.; SCREPANTI, E. (eds.). **Pluralism in economics: New perspectives in history and methodology**. Brookfield, VT: Edward Elgar, p. 89-99, 1997.

\_\_\_\_\_. In: MEARMAN A.; SEBASTIAN, B.; GUIZZO, D. (eds.). **What Is Heterodox Economics? Conversations with Leading Economists**. New York, NY: Routledge, p. 17-32, 2019.

DUTT, Amitava Krishna. Dimensions of pluralism in economics. **Review of Political Economy**. University of Notre Dame: Indiana, USA, v. 26, n. 4, p. 479-494, 2014.

DUGGER, W. Power: an institutional framework of analysis. **Journal of Economic Issues**, v. 14, n. 4, p. 897-907, 1980.

FERNÁNDEZ, R. G. A metodologia como argumento para uma economia pluralista. **Encontro Nacional de Economia Política**, p. 1-19, 2011.

FOURCADE, M. **Economists and Societies: Discipline and Profession in the United States, Britain, and France, 1890s to 1990s**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009.

FULLBROOK, E. Introduction: A brief history of the post-autistic economics movement. In: FULLBROOK, E. (eds.). **The Crisis in Economics. The post-autistic economics movement: the first 600 days**. New York, NY: Routledge, p. 1-9, 2003.

\_\_\_\_\_. Introduction. In: FULLBROOK, E. (eds.). **Pluralist Economics**. London: Zed Books, p. 1-7, 2008.

GARNETT, R. Pluralism, Academic Freedom, and Heterodox Economics. **Review of Radical Political Economics**, v. 43, n. 4, p; 562-572, 2011.

GUIZZO, D. MEARMAN, A.; BERGER, S. 'TAMA' economics under siege in Brazil: the threats of curriculum governance reform. **Review of International Political Economy**, p. 1-24, 2019.

HARVEY, J. T. Economics as a Scientific Discipline. In: Harvey, J. T. (ed.). **Contending Perspectives in Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, p. 6-37, 2015.

HEISE, A. Pluralism in economics: Inquiries into a Daedalean concept. **ZÖSS Discussion Papers, Zentrum für Ökonomische und Soziologische Studien**, n. 51, p. 1-32, 2016.

\_\_\_\_\_. Defining economic pluralism: ethical norm or scientific imperative. **International Journal of Pluralism and Economics Education**, v. 8, n. 1, p. 18-41, 2017.

INTERNATIONAL CONFEDERATION OF ASSOCIATIONS FOR PLURALISM IN ECONOMICS (ICAPE), **ICAPE's History**, 2020. <http://www.icape.org>.

JACOBSEN, K. Revolt in political science. In: FULLBROOK, E. (ed.). **The Crisis in Economics. The post autistic economics movement: the first 600 days**. New York, NY: Routledge, p. 135-139, 2003.

KELLERT, S.; LONGINO, H., WATERS, S.; FEIGL, H. "Introduction: The Pluralist Science." In: WATERS, C.; FEIGL, H.; KELLERT, S.; LONGINO, H. (eds.). **Scientific Pluralism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 7-28, 2006.

KING, J. Three Arguments for Pluralism in Economics. **Post-autistic economics review**, n. 23, p. 15-19, 2004.

LACEY, H. O princípio de precaução e a autonomia da ciência. **Sci. Stud.**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 373-392, 2006.

\_\_\_\_\_. Ciência, respeito à natureza e bem-estar humano. **Sci. Stud.**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 297-327, 2008.

\_\_\_\_\_. Pluralismo metodológico, incomensurabilidade e o status científico do conhecimento tradicional. **Sci. Stud.**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 425-454, 2012.

LATOUR, B. **Ciência em Ação**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LAVOIE, M. Essentials of heterodox and post-Keynesian Heterodoxy. In: **Post Keynesian Economics: new foundations**. Massachusetts, USA: Edward Elgar Publishing Inc., p. 3, 2014.

LAWSON, T. Ontology, modern economics, and pluralism. In: GARNETT, E.; OLSEN, E.K.; STARR M. (eds.). **Economic Pluralism**. London: Routledge, p. 99-113, 2010.

LEE, F. Pluralism in heterodox economics. In: GARNETT, E.; OLSEN, E.K.; STARR M. (eds.). **Economic Pluralism**. London: Routledge, p. 19-35, 2010.

\_\_\_\_\_. The Pluralism Debate in Heterodox Economics. **Review of Radical Political Economics**, vol. 43, n. 4, p. 540-551, 2011.

MARIYANI-SQUIRE, E.; MOUSSA, M. Fallibilism, liberalism and Stilwell's advocacy for pluralism in economics. **Journal of Australian Political Economy**, n. 75, p. 194-210, 2015.

MÄKI, U. The dismal queen of the social sciences. In: MÄKI, U. (ed.). **Fact and fiction in economics: models, realism and social construction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MCCLOSKEY, D. N. The Rhetoric of Economics. **Journal of Economic Literature**, v. 21, n. 2, p. 481-517, 1983.

\_\_\_\_\_. The literary character of economics. **Daedalus – Journal of the American Academy of Arts and Science**, p. 97-119, 1984.

\_\_\_\_\_. A conversation with Donald N. McCloskey about rhetoric. **Eastern Economic Journal**, v. 11, n. 4, p. 293-296, 1985.

\_\_\_\_\_. **Knowledge and persuasion in economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994a.

\_\_\_\_\_. **The Rhetoric of Economics**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1998.

MEARMAN, A.; GUIZZO, D.; BERGER, S. Whither political economy? Evaluating the CORE project as a response to calls for change in economics teaching. **Review of Political Economy**, v. 30, n. 2, p. 241-259, 2018.

MIROWSKI, P.; SENT, E. Introduction. In: MIROWSKI, P.; SENT, E. (eds.). **Science bought and sold: Essays in the economics of science**. University of Chicago Press, 2002.

MORGAN, M.; RUTHERFORD, M. American Economics: the character of transformation. In: MORGAN, M.; RUTHERFORD, M. (eds.). **From Interwar Pluralism to Postwar Neoclassicism**. History of Political Economy Annual Supplement, v. 30, p. 1-26, 1998.

PLOTKIN, S. Thorstein Veblen and the Politics of Predatory Power. In: REINERT, E.; VIANO, F. (eds.). **Thorstein Veblen: Economics for an Age of Crises**. New York, NY: Anthem Press, p. 205-237, 2012.

\_\_\_\_\_. Veblen, Europe and Utopia. **History of European Ideas**, v. 40, n. 2, p. 245-258, 2014.

SAMUELS, W. The history of economic thought as intellectual history. **History of Political Economy**, v. 6, n. 3, p. 305-323, 1974.

\_\_\_\_\_. The case for methodological pluralism. In: SALANTI, A.; SCREPANTI, E. (eds.). **Pluralism in economics: New perspectives in history and methodology**. Brookfield, VT: Edward Elgar, p. 67-79, 1997.

SANTOS, L. G. **Politizar as Novas tecnologias**. São Paulo: Editora 34, 2003.

SEN, A. **Development as Freedom**. New York, NY: Alfred A. Knopf, Inc., 1999.

SENT, E. Pluralism in Economics. In: WATERS, C.; FEIGL, H.; KELLERT, S.; LONGINO, H. (eds.). **Scientific Pluralism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 80-101, 2006.

\_\_\_\_\_. Esther-Mirjam Sent. In: MEARMAN, A.; BERGER, S.; GUIZZO, D. (eds.). **What is heterodox economics? Conversations with leading economists**. New York, NY: Routledge, p. 173-185, 2019.

SÖDERBAUM, P. Democracy and the need for pluralism in economics. In: FULLBROOK, E. (eds.). **The Crisis in Economics. The post-autistic economics movement: the first 600 days**. New York, NY: Routledge, p. 94-96, 2003.

STRASSMANN, D.; STARR, M.; GRWON, C.; Raising dissonant voices: Pluralism and economic heterodoxy. In: GARNETT, E.; OLSEN, E.K.; STARR M. (eds.). **Economic Pluralism**. London: Routledge, p. 99-113, 2010.

STREVEN, M. Herding and the quest for credit. **Journal of Economic Methodology**, v. 20, n. 1, p. 19-34, 2013.

TURNER, J. Ontological pluralism. **The Journal of Philosophy**, v. 107, n. 1, p. 5-34, 2010.

\_\_\_\_\_. Logic and ontological pluralism. **Journal of philosophical logic**, v. 41, n. 2, p. 419-448, 2012.

VEBLEN, T. The instinct of workmanship and the irksomeness of labor. (Source: American Journal of Sociology (v. 4, p. 187-201, 1898). In: CAMIC, C.; HODGSON, G. (eds.). **The Essential Writings of Thorstein Veblen**, New York, NY: Routledge, p. 158-168, 2011.

WEISBERG, M. Modeling herding behavior and its risks. **Journal of Economic Methodology**, v. 20, n. 1, p. 6-18, 2013.